



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Segundo trimestre de 2020

O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

APROVADO
Reunião: 22/10/2020

CONSELHO
ADMINISTRAÇÃO

Presidente
(Muno Duarte)

Vogal Executivo
(Sandra Gil)

Vogal Executivo
(Mafalda Guiné)

Director Clínico
(Eduardo Melo)

Enfermeiro Diretor
(José L. Gomes)

14 de setembro de 2020

Índice

Índice	1
O Centro Hospitalar	2
Sumário executivo	2
Instrumentos previsionais de gestão 2020	3
Eficiência operacional e PRC	3
PMP e Arrears	5
Endividamento	6
Recursos Humanos	7
Índice de Desempenho Global	8
Execução e desempenho orçamental da receita e despesa	10
Receita	10
Despesa	10
Saldo de operações orçamentais do período	11
DOREC – Demonstração de execução orçamental da receita	12
DODES – Demonstração de execução orçamental da despesa	14
DDORC – Demonstração do desempenho orçamental	15

O Centro Hospitalar



Hospital São Teotónio

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E. (CHTV, E.P.E.) foi criado em 2 de março de 2011 através do Decreto-Lei n.º 30/2011 por fusão do Hospital São Teotónio, E.P.E. com o Hospital Cândido Figueiredo.



Hospital Cândido Figueiredo

A história destes dois hospitais remonta ao séc. XVIII, sendo preponderante o papel das Misericórdias ou Santas Casas da Misericórdia que surgem em Portugal no ano de 1498.

A sua sede localiza-se na Av. Rei D. Duarte, 3504-509 Viseu; as unidades de saúde que lhe deram origem consideram-se extintas para todos os efeitos legais, sendo que o CHTV, E.P.E. sucede em todos os direitos e obrigações às referidas unidades.

O CHTV, E.P.E. rege-se pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do SNS com a natureza de EPE, e pelo seu diploma de criação, o Decreto-Lei n.º 30/2011, de 2 de março.

Sumário executivo

O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, divulgando os indicadores de atividade, económico-financeiros, de recursos humanos e outros.

Os indicadores a apresentar são os relativos aos IPG¹ 2020 emanados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente, os associados à eficiência operacional e PRC², ao PMP³ e Arrears⁴, ao endividamento, aos recursos humanos e aos da atividade operacional. Acrescem os indicadores relativos à informação no âmbito da execução e desempenho orçamental da receita e despesa.

¹ IPG – Instrumentos Previsionais de Gestão, de acordo com o ofício circular n.º 4208, de 22 de outubro de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

² PRC – Políticas de Redução de Custos.

³ PMP – Prazo Médio de Pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

⁴ Arrears – Atraso de pagamento de acordo com o n.º 1 do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio. Consiste no não pagamento da fatura após o decurso de 90 dias ou mais sobre a data convencionada para o pagamento da mesma.

Instrumentos previsionais de gestão 2020

A proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2020 (PAO) foi elaborada em respeito pelas orientações setoriais, objetivos financeiros e restrições orçamentais a vigorar em 2020.

Eficiência operacional e PRC

As instruções genéricas neste âmbito foram, no caso da eficiência operacional, que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios fosse igual ou inferior ao de 2019 e, no caso da PRC, que os gastos com pessoal, encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria fossem iguais ou inferiores aos de 2019.

Contudo, a especificidade da missão das Entidades Públicas Empresarias integradas no SNS, da qual o CHTV, E.P.E. é parte integrante, possibilita a adaptabilidade das referidas instruções.

A adaptabilidade referida é consagrada pelo DLEO⁵ atualmente em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, dado que o DLEO para 2020 ainda não se encontra publicado.

Acresce que o DLEO de 2018 também já consagrava esta adaptabilidade.

As instruções para o CHTV foram a da atribuição de um valor máximo de gastos operacionais relevantes para o cálculo do

valor do EBITDA de 150,0 milhões de euros⁶ (M€), ao que correspondeu o valor máximo de gastos operacionais totais, definido pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., de 149,7M€⁷. E as presentes no ofício circular n.º 4208, de 22 de outubro de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de manutenção ou redução de gastos com comunicações, deslocações e ajudas de custo, contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria e de gastos com prestações de serviços e horas extraordinárias (este último adaptado ao Setor da Saúde via PAO).

Indicador de Gastos operacionais	
Meta 2020	149,691
Meta 2020/06 ⁸	74,845
Gastos operacionais 2020/06	72,779
Desvio	-2,066
Taxa de cumprimento	102,8%
	em M€

PRC	2020/06	2019/06	Δ valor	Δ%
Gastos com				
Comunicações	0,068	0,060	+0,008	+12,4
Deslocações	0,004	0,010	-0,005	-55,4
Ajudas de custo	0,007	0,014	-0,007	-51,4
Frota automóvel	-	-	-	-
Estudos, projetos, ... ⁹	0,059	0,066	-0,007	-10,0
Prestação de serviço	1,076	0,910	+0,165	+18,2
Horas extraordinárias	2,279	2,181	+0,098	+4,5
Total	3,496	3,241	+0,251	+7,8
				em M€

⁵ DLEO – Decreto-Lei de Execução Orçamental.

⁶ 147.964.660,00€ conforme alínea c) do n.º 1 da cláusula 3.ª do Acordo Modificativo do Contrato-Programa 2020.

⁷ 149.690,716,49€.

⁸ Meta definida em função de ½ da meta de 2020.

⁹ Inclui projetos e serviços de informática, estudos de organização económico-financeira e de auditoria.

No segundo trimestre de 2020 a taxa de cumprimento para o indicador dos gastos operacionais foi de 102,8%, o que representou um desvio de -2,066M€ face à orientação estabelecida.

PAO 2020	
Gastos operacionais PAO 2020 ¹⁰	150,362
Gastos operacionais PAO 2020/06 ¹¹	75,181
Gastos operacionais 2020/06	72,779
Desvio	-2,402
	em M€

Do desvio verificado face ao PAO 2020 nos gastos operacionais, 35,4%, 33,0% e 16,2% têm origem, respetivamente, nos desvios dos outros gastos operacionais (-0,851M€), gastos com pessoal (-0,792M€) e CMVMC (-0,390M€).

Relativamente ao desvio nos outros gastos operacionais (-0,851M€) a justificação deve-se às correções relativas a períodos anteriores terem ficado abaixo 0,214M€ face ao previsto, e ao valor de provisões para processos judiciais em curso de 0,295M€ previsto no PAO 2020 ser objeto de registo somente no final do exercício. Acresce, ainda, o não registo do valor das amortizações do exercício de edifícios e outras construções no montante de 0,347M€, situação a ser retificada no terceiro trimestre.

Relativamente ao desvio nos gastos com pessoal (-0,792M€), a justificação deve-se ao facto das remunerações base terem apresentado um desvio de -0,943M€, margem esta que tenderá a ser mitigada no decurso do terceiro e quarto trimestres do exercício, dado que as contratações de pessoal em face do contexto de pandemia

terem ocorrido em 85,5% em abril e junho. Assim, este ajustamento materializou-se em +55 trabalhadores, nomeadamente +21 assistentes operacionais, +19 enfermeiros, +11 assistentes técnicos, +3 técnicos de diagnóstico e terapêutica e +1 técnico superior.

Em sentido contrário os suplementos relativos a horas extraordinárias ascenderam, no final do segundo trimestre de 2020, a 2,279M€, +0,468M€ que o previsto. Atendendo a que a variação face ao período homólogo foi somente de +0,098M€, o desvio é justificado por a previsão e intento para 2020 efetuada em 2019, de redução de horas extraordinárias, não ter sido exequível em 2020, em especial nas horas extraordinárias do pessoal médico.

Relativamente ao desvio no CMVMC (-0,390M€), a justificação deve-se à simultaneidade dos desvios nos gastos com consumos de reagentes (+0,358M€) e nos gastos com consumo de material clínico (-0,602M€).

O desvio nos gastos com consumos de material clínico resultou da forte redução do consumo de material de tratamento e de próteses, reflexo dos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19, e que superaram o crescimento do consumo de bens de proteção individual, nomeadamente, batas impermeáveis, máscaras de procedimentos, máscaras FFP2, fatos de proteção, luvas de procedimentos e botas/coberturas de proteção, o que conduziu a que a rubrica de outro material clínico registasse um aumento face a 2019 de 0,323M€.

O desvio no consumo de reagentes (+0,358M€), também associado à pandemia

pessoal no âmbito do combate à pandemia do COVID-19.

¹¹ Valor definido em função de 1/2 do total do PAO 2020.

¹⁰ Os gastos operacionais do PAO 2020 são de 150.362.385€. O aumento, face ao valor inicialmente definido de 149.690.716,49€, deveu-se às necessidades de contratação de

COVID-19, resultou, em especial, do consumo extraordinário de Genefinder COVID-19 plus real, Seegene COVID-19 e SARS-COV-2 teste, num total de +0,406M€ face a 2019.

Acresce, ainda, o desvio de -0,107M€ (-1,0%) nos gastos com consumos de medicamentos.

No âmbito das orientações de PRC, verificou-se, face ao período homólogo de 2019, um aumento dos gastos em 7,8% (+0,251M€), consequência do aumento dos gastos com prestações de serviços no âmbito da contratação de serviços médicos prestados por empresas e de honorários em +0,165M€, e do aumento dos gastos com horas extraordinárias em +0,098M€, este último impulsionado pelo aumento de 0,194M€ nas horas extraordinárias do pessoal médico.

Estes dois desvios justificaram 104,7% do desvio no âmbito das orientações de PRC.

PMP e Arrears

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

O PMP do CHTV no final do segundo trimestre de 2020 foi de 196 dias, mais 16 dias que o registado no trimestre anterior e mais 10 dias que o registado no início do exercício.



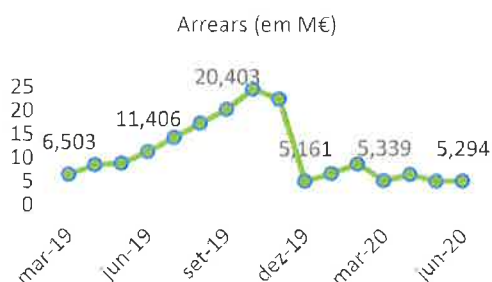
Apesar do aumento do PMP em mais 16 dias face ao trimestre anterior, a dívida a fornecedores externos, neste âmbito, diminuiu em 2,377M€, pelo que a variação do PMP é justificada pelo *rollover* do próprio indicador, o qual atende aos PMP dos últimos quatro trimestres.

O objetivo PMP para final de 2020, definido pela Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P. (ACSS), foi de $139 \leq \text{PMP} < 158$ (dias). O objetivo corresponde a uma redução entre os 15% e os 25% do PMP obtido no final do quarto trimestre de 2019 pelo CHTV, o qual foi de 186 dias¹².

¹² O PMP de 186 dias correspondeu ao PMP publicado pela ACSS e reportado pelo CHTV de acordo com os prazos definidos (janeiro de 2020). Assim e apesar dos valores

corresponderem ao fecho provisório do exercício, o mesmo é assumido como PMP oficial.

Os Arrears do CHTV, no final do segundo trimestre de 2020, foram de 5,294M€, menos 6,112M€ (-53,6%) que o registado no período homólogo de 2019 e menos 0,045M€ que o verificado no trimestre anterior.



A partir de meados do quarto trimestre de 2019 os Arrears apresentam uma evolução bastante favorável, em particular no mês de dezembro.

Esta evolução teve por base reforços do orçamento que viabilizaram, numa primeira fase, a drástica redução dos Arrears, e numa segunda fase impediram o seu crescimento.

Os reforços foram os seguintes:

Reforço do adiantamento do Contrato Programa 2019 de 9.843M€, em novembro de 2019.

(Despacho n.º 28-A/2019, de 7 de novembro, do SEO)¹³;

Reforço do orçamento de 8,760M€ para pagamento de dívida vencida, em dezembro de 2019.

(Despacho n.º 278-A/2019, de 11 de dezembro, do SEO);

Reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados de 9,012M€ para pagamento de dívida vencida, em dezembro de 2019.

(Despacho Conjunto n.º 408-A/2019, de 26 de dezembro, do SEO e SEAS);

Reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados de 5,851M€ para pagamento de dívida vencida, em março de 2020.

(Despacho Conjunto de 3 de março de 2020, do SEO e SEAS);

Aumento extraordinário de fundos disponíveis de 5,339M€ para pagamento de dívida vencida, em maio de 2020.

(Despacho n.º 12/2020, de 14 de maio, do SEAS);

Reforços do adiantamento do Contrato Programa 2020 de 1,381M€ mensais para pagamento de dívida vencida, em janeiro, fevereiro e março de 2020, num total de 4,144M€.

(Despachos n.º 1, 6 e 8 da SEAS, respetivamente de, 14 de janeiro, 14 de fevereiro e 13 de março); e

Reforços do adiantamento do Contrato Programa 2020 de 1,479M€ mensais para pagamento de dívida vencida, em abril, maio e junho de 2020, num total de 4,437M€.

(Despachos n.º 10, 11 e 13 da SEAS, respetivamente de, 8 de abril, 15 de maio e 12 de junho).

Endividamento

O CHTV não detém passivo remunerado, por conseguinte não apresenta taxa de crescimento do mesmo.

¹³ O Despacho 28-A/2019, de 7 de novembro, do SEO, foi destinado a cobrir despesas com pessoal, mas que permitiu libertar fundos

próprios, inicialmente previstos para essas mesmas despesas com pessoal, e liquidar dívida vencida.

Recursos Humanos

A evolução no número de recursos humanos do CHTV, face ao período homólogo de 2019, foi de +164 profissionais.

Recursos Humanos	2020/06	2020/03	2019/03
Pessoal			
Órgãos Sociais	8	8	8
Dirigentes	10	10	10
Médico	348	349	341
Pré carreira Médica	223	226	211
Técnico Superior Saúde	19	19	19
Técnico Superior	36	33	29
Enfermagem	979	958	915
TDT	186	178	173
Assistente Técnico	230	218	221
Docente	3	3	3
Informática	7	7	7
Assistente Operacional	575	567	523
Total	2624	2576	2460

O ajustamento de maior dimensão ocorreu no pessoal de enfermagem, com um aumento de 64 profissionais, consequência ainda da passagem dos horários das 40 horas semanais para as 35 horas semanais, e da conjuntura de pandemia COVID-19.

Paralelamente, verificou-se também, um aumento de 52 assistentes operacionais, tendo cerca de 44% desse aumento ocorrido no primeiro semestre de 2020.

A evolução no número de recursos humanos no segundo trimestre de 2020 foi de +48 profissionais, dos quais cerca de 44% de enfermeiros e 17% de assistentes operacionais.

O aumento generalizado do número de profissionais resulta do esforço do CHTV na

prossecução de uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, tendentes a adequá-los às efetivas necessidades da organização, as quais se afiguram com uma crescente exigência em face da conjuntura de pandemia COVID-19.

Consequentemente, o crescimento dos gastos com pessoal face ao período homólogo de 2019 foi de 16,2%.

Contudo, divulga-se a perda de comparabilidade de 2,275M€ por efeito da especialização do subsídio de natal e respetivos encargos de 2019 ter sido iniciada só em julho.

Consequentemente, o crescimento dos gastos com pessoal face ao período homólogo de 2019, expurgados deste facto, foi de 9,4%.

Gastos com Pessoal	2020/06	2019/06	Δ valor	Δ%
De				
Órgãos Sociais	0,237	0,203	+0,034	+16,2
Dirigentes	0,226	0,208	+0,018	+8,6
RCP ¹⁴ sem Dirigentes	27,761	22,814	+4,967	+21,7
Vencimentos	22,447	19,685	+2,762	+14,0
Subs. férias e natal	3,962	1,893	+2,069	+109
Outras	1,351	1,236	+0,116	+9,4
Benefícios pós empr.	0,000	0,000	0,000	-
Ajudas de custo	0,007	0,014	+0,007	-51,3
Restantes gastos	14,257	13,332	+0,925	+6,9
Total	42,488	36,571	+5,917	+16,2

em M€

¹⁴ Remunerações Certas e Permanentes

Índice de Desempenho Global

O IDG corresponde aos indicadores de desempenho da proposta de Contrato Programa para 2020, cuja valorização ascendeu a 6,629M€ (5% do valor total do Contrato). Este valor corresponde aos incentivos institucionais.

Contudo, a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, e classificação do vírus SARS-CoV-2 como pandemia a 11 de março de 2020, implicou, no quadro do SNS, a uma realocação drástica de recursos e queda na prestação de serviços de saúde, atendendo ao cancelamento de toda a atividade programada não urgente em março de 2020.

Resulta, assim, para 2020, na provável penalização ou incumprimento das metas do IDG.

Contudo, o CHTV considera inevitável a redefinição das mesmas, ou redefinição das verbas afetas aos incentivos institucionais.

Sem penalizar o anteriormente referido divulgámos os indicadores no âmbito da proposta de Contrato Programa para 2020 (SICA, Quadro Q1 – Índice de Desempenho Global).

Q1 - Índice Desempenho Global



CONV. 303.000.000
90 SISTEMA DE SAÚDE (P)

Instituição: Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE
Período Análise: Junho 2020

Objectivos	Peso Relativo Indicador (k)	2020			2019		Var. 2019/2020
		Meta	Real		Índice de Desempenho	Real	
Objectivos Nacionais							
Acesso							
Porcentagem de perfões em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	10	65	26,4	40,6	0,0	38,6	-16,1
Porcentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta	10	80	69,7	87,1	87,1	80,2	-10,5
Porcentagem de utentes em Lista de Inscrições para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	10	60	29,7	49,5	0,0	45,3	-15,6
Porcentagem de doentes operados dentro do TMRG	10	60	58,2	97,0	97,0	53,8	-4,4
Porcentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera	10	67,5	64,2	93,1	95,1	65,1	-0,9
Porcentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela	10	20	21,3	106,5	106,5	17,8	3,5
Desempenho Assistencial							
Porcentagem de reinserimentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de	3	3,9	0,42	189,2	120,0	3,31	-87,3
Porcentagem de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH), para procedimentos	3	30	66,7	222,3	120,0	18,1	48,6
Porcentagem de cirurgias da anca efectuadas nas primeiras 48 horas	3	40	13,3	33,3	0,0	0,0	-22,9
Índice de Mortalidade Ajustada	4	0,9000	2,1136	-34,8	0,0	0,0	108,2
Índice de Demora Média Ajustada	4	0,9000	1,2922	56,4	56,4	2,3	25,5
Demora média antes da cirurgia	3	0,6	2,5	-211,7	0,0	0,0	0,7
Desempenho económico-financeiro							
Gastos operacionais por doente padrão	20					6,0	
	5	Valor do melhor do grupo					3.218,1
Doente padrão por Médico ETC	5	65	15,4	23,7	0,0	0,0	-8,4
Doente padrão por Enfermeiro ETC	5	45	13,3	29,6	0,0	0,0	-5,6
Porcentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e	5	25,38	16,8	132,8	120,0	6,0	-1,9
Índice de Desempenho Global							
Valor Incentivos Contratados (€)						54,1	
Valor Incentivos Realizados (€)						3.314.579,9	
						1.793.137,7	

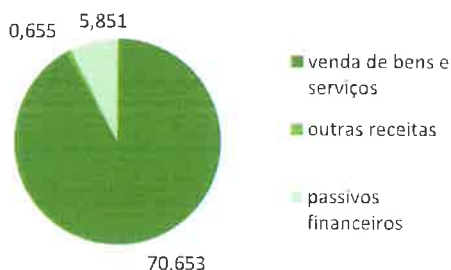
Execução e desempenho orçamental da receita e despesa

Receita

As previsões corrigidas da receita para o final de 2020 foram de 148,525M€.

O total da receita executada no acumulado do segundo trimestre de 2020 foi de 77,160M€.

A taxa de execução da receita foi de 52,0%, mais 2,0 pontos percentuais (p.p.) que o previsto para o final do segundo trimestre de 2020 (50,0%).



A rubrica corrente de vendas de bens e serviços totalizou 70,653M€, tendo representado 91,6% do total da receita executada (+7,5 p.p. que o verificado no trimestre anterior). Os adiantamentos do Contrato Programa de 2020 (70,041M€) foram responsáveis por 99,1% da receita total da rubrica de vendas de bens e serviços.

A rubrica de receita com passivos financeiros¹⁵ incluiu os 5,851M€, relativos ao reforço de capital para cobertura de

prejuízos transitados, no âmbito do Despacho Conjunto de 3 de março de 2020 do SEO e SEAS, tendo representado 7,6% do total da receita executada.

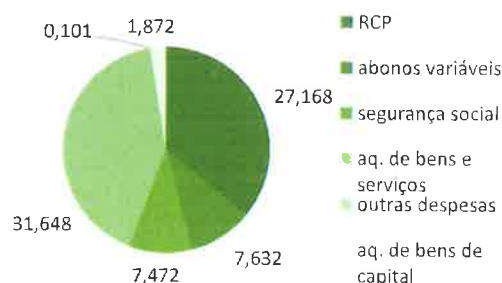
A rubrica de taxas, multas e outras penalidades totalizou 0,420M€ e representou 0,5% do total da receita executada. A sua taxa de execução foi de 47,0%, menos 3,0 p.p. que a previsão corrigida para o final do primeiro trimestre de 2020. A previsão desta rubrica foi revista em baixa devido à redução da cobrança de taxas moderadoras por efeito da pandemia do COVID-19.

Despesa

As dotações corrigidas da despesa total para o final de 2020 foram de 148,525M€.

O total da despesa executada no acumulado do segundo trimestre de 2020 foi de 75,894M€.

A taxa de execução da despesa foi de 51,1%, mais 1,1 p.p. que o previsto para o final do primeiro trimestre de 2020 (50,0%).



As rubricas correntes associadas a despesas com pessoal (remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social) totalizaram 42,273M€, tendo representado 55,7% do total da despesa executada. O peso da rubrica de remunerações certas e

empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo. (Glossário DGO)

¹⁵ Passivo financeiro (receita) – receitas provenientes da emissão de obrigações e de

permanentes nas despesas com pessoal foi de 64,3% (27,168M€) e a sua taxa de execução foi de 52,6%, mais 2,6 p.p. que o previsto. Contudo, esta taxa tenderá a aumentar no final do quarto trimestre por pressão do pagamento do subsídio de natal.

A rubrica de despesa com abonos variáveis ou eventuais apresentou uma taxa de execução de 95,7% (7,632M€), quase o dobro do previsto para o final do segundo trimestre de 2020 (50%). Este facto foi justificado pelo volume de pagamentos de abonos ao pessoal associados à produção adicional (SIGIC) de 2,076M€, os quais, de forma a normalizar o fluxo destes pagamentos, respeitaram quase na sua totalidade a atividade realizada em 2019.

Relativamente à rubrica corrente de despesa com aquisição de bens e serviços o total de despesa executada foi de 31,648M€, dos quais 75,0% (23,731M€) respeitou a despesas pagas de períodos anteriores (2019).

A taxa de execução das despesas com aquisição de bens e serviços foi de 54,0%, mais 4,0 p.p. que o previsto para o final do segundo trimestre de 2020 (50%).

O reforço de capital e do adiantamento do Contrato Programa, verificado no decurso do segundo trimestre de 2020 (+19,771M€), para pagamento de dívida vencida, justificaram a evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços.

Relativamente à rubrica de capital de despesa com aquisição de bens de capital o total de despesa executada foi de 1,872M€, dos quais 88,9% (1,665M€) respeitou a despesas pagas de períodos anteriores (2019).

A dotação corrigida para a rubrica de despesas com capital foi de 15,172M€, tendo a sua taxa de execução sido de 12,3%, justificada por ainda não estarem em execução projetos de investimento, nomeadamente o do "Alargamento e

Remodelação das Instalações da Urgência Polivalente" e "#Eficiência Energética".

Saldo de operações orçamentais do período

O saldo das operações orçamentais do período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2020 foi positivo em 1,265M€.

O referido saldo contribuirá no decurso do terceiro trimestre de 2020 para provisionar a despesa com os encargos do subsídio de férias.

Por último, divulga-se ainda, que o saldo inicial de 2020 das operações orçamentais, correspondente ao saldo final de 2019, no valor de 3,230M€, ainda não se encontra integrado. Não tendo sido exequível a sua integração no decurso do segundo trimestre, conforme previsto, a mesma foi consumada em julho de 2020. A respetiva integração contribuirá no decurso do terceiro trimestre para o pagamento de dívida vencida.

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Recmbolsos e restituições	
							Emitidos	Pagos
Receita Corrente	131.668.846,00€	59.620.195,04€	1.121,51€	72.116.935,63€	69.406,18€	71.254.202,96€	2.725,89€	2.725,89€
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	181.199,00€	154.121,27€	0,00€	116.748,17€	0,00€	33.877,73€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	892.250,00€	471.696,08€	0,00€	420.553,92€	0,00€	419.720,72€	0,00€	0,00€
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	656,00€	1,22€	0,00€	654,78€	0,00€	654,78€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	185.753,00€	22.038,37€	0,00€	209.079,58€	67.518,95€	144.146,95€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	130.408.988,00€	58.972.338,10€	1.121,51€	71.369.899,18€	1.887,23€	70.655.802,78€	2.725,89€	2.725,89€
Receita de Capital	16.856.456,00€	10.948.053,95€	0,00€	5.908.402,05€	0,00€	5.908.402,05€	0,00€	0,00€
R9.1.2 - Exterior - U.E	711.126,00€	711.126,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 - Outras	56.930,00€	0,95€	0,00€	56.929,05€	0,00€	56.929,05€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	16.088.400,00€	10.236.927,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€
Total	148.525.302,00€	70.568.248,99€	1.121,51€	78.025.337,68€	69.406,18€	77.162.605,01€	2.725,89€	2.725,89€

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Recetas cobradas líquidas		Recetas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
	Períodos anteriores	Período corrente		Total	(n + 1)	(n + 2)	(n+3)	(n+4)
Receita Corrente	188.214,13€	71.063.262,94€	71.251.477,07€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	0,00€	33.877,73€	33.877,73€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	15.328,30€	404.392,42€	419.720,72€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	0,00€	654,78€	654,78€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	6.476,27€	137.670,68€	144.146,95€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	166.409,56€	70.486.667,33€	70.653.076,89€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita de Capital	0,00€	5.908.402,05€	5.908.402,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 - Exterior - U.E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 - Outras	0,00€	56.929,05€	56.929,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	0,00€	5.851.473,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	188.214,13€	76.971.664,99€	77.159.879,12€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores		Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições a baixadas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas		
	[1]	[2]									[3]	[4]	[5]	[6]	[7]
Despesa Corrente	36.859.831,90€	133.553.799,00€	0,00€	0,00€	15.749.873,91€	117.609.965,09€	113.433.624,48€	108.013.452,19€	74.235.596,90€	217.541,45€	213.541,45€	26.567.592,44€	47.434.463,01€	74.022.055,45€	
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	1.199.797,24€	51.667.819,00€	0,00€	0,00€	22.191.869,64€	29.475.949,36€	29.475.949,36€	20.475.949,36€	27.169.213,07€	1.233,73€	1.233,73€	1.199.797,24€	25.908.181,10€	27.107.978,34€	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	4.261.618,41€	7.974.020,00€	0,00€	0,00€	-4.076.454,51€	12.050.474,59€	12.050.474,59€	12.050.474,59€	7.632.336,15€	0,00€	0,00€	436.781,71€	7.195.554,44€	7.632.336,15€	
D1.3 - Segurança social	1.348.971,02€	14.862.736,00€	0,00€	0,00€	5.029.830,23€	9.832.925,77€	9.832.925,77€	9.832.925,77€	7.472.466,56€	0,00€	0,00€	1.199.588,35€	6.272.878,21€	7.472.466,56€	
D2 - Aquisição de bens e serviços	30.084.685,27€	58.060.834,00€	0,00€	0,00€	-7.468.560,26€	65.129.394,26€	61.971.259,82€	56.532.838,03€	31.860.361,42€	212.307,72€	212.307,72€	23.730.675,14€	7.917.378,56€	31.648.053,70€	
D3 - Juros e outros encargos	0,00€	32.583,00€	0,00€	0,00€	13.931,82€	18.651,18€	18.651,18€	18.651,18€	18.651,18€	0,00€	0,00€	0,00€	18.651,18€	18.651,18€	
D5 - Outras Despesas Correntes	750,00€	155.777,00€	0,00€	0,00€	59.206,98€	96.570,02€	84.570,02€	82.819,52€	82.569,52€	0,00€	0,00€	750,00€	81.819,52€	82.569,52€	
Despesa de Capital	2.776.791,20€	15.171.513,00€	0,00€	0,00€	10.041.874,68€	5.129.638,32€	4.953.341,74€	7.547.092,84€	2.065.281,75€	192.841,70€	192.841,70€	1.664.794,24€	307.645,81€	1.872.440,05€	
D6 - Aquisição de bens de capital	2.776.791,20€	15.171.513,00€	0,00€	0,00€	10.041.874,68€	5.129.638,32€	4.953.341,74€	7.547.092,84€	2.065.281,75€	192.841,70€	192.841,70€	1.664.794,24€	307.645,81€	1.872.440,05€	
Total	39.072.613,16€	148.525.302,00€	0,00€	0,00€	25.791.698,59€	122.773.603,41€	118.386.966,22€	111.561.152,04€	76.300.878,65€	406.383,15€	406.383,15€	28.232.386,68€	47.062.108,92€	75.894.495,60€	

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						Total	N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios			
Despesa corrente	68.170.582,45€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	74.022.055,45€	53.462,36€	
despesas com o pessoal	42.272.781,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	42.272.781,05€	39.124,58€	
Remunerações Certas e Permanentes	27.167.978,34€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	27.167.978,34€	25.711,00€	
Abonos Variáveis ou Eventuais	7.632.336,15€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	7.632.336,15€	6.429,27€	
Segurança Social	7.472.466,56€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	7.472.466,56€	6.984,27€	
Aquisição de bens e serviços	25.796.580,70€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	31.648.053,70€	14.175,82€	
Impostos e outros encargos	18.651,18€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	18.651,18€	19,57€	
Transferências e subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	14,47€	
Transferências correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	14,47€	
Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
2 Administração Central - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	14,47€	
Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Outras despesas correntes	82.569,52€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	82.569,52€	128,00€	
Despesa de capital	1.872.440,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.872.440,05€	363,72€	
Aquisição de bens de capital	1.872.440,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.872.440,05€	363,72€	
Transferência e subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Transferências de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
2 Administração Central - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Outras despesas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Despesa efetiva [5]	70.043.022,50€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	75.894.495,50€	53.826,17€	
Despesa não efetiva [6]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Despesa com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Despesa com passivos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€		
Saldo [7] = [5] + [6]	70.043.022,50€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	75.894.495,50€	53.826,17€	
Operações de tesouraria [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	39.092,64€	39.092,64€	12,57€	
Saldo para a gerência seguinte	1.265.383,62€	0,00€	0,00€	0,00€	-31.464,01€	1.233.919,61€	1.116,47€	
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	1.265.383,62€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.265.383,62€	1.046,77€	
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-31.464,01€	-31.464,01€	69,81€	
Saldo Global [2] - [5]	1.265.383,62€	-5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-4.586.089,38€	-230,27€	
Despesa primária	70.024.371,32€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	75.875.844,32€	53.806,58€	
Saldo corrente	3.080.894,62€	-5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-2.770.578,38€	103,48€	
Saldo de capital	-1.815.511,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-1.815.511,00€	-333,72€	

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Saldo Primário	1.284.034,80€	-5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-4.567.438,20€	-210,74€
Receita total [1] + [2] + [3]	71.308.406,12€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	77.159.879,12€	54.872,89€
Despesa Total [5] + [6]	70.043.022,50€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	75.894.495,50€	53.826,11€

Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento					Total	N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
Saldo de gerência anterior	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.352,07€
Operações Orçamentais [1]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.277,07€
Devolução do saldo operacões ntais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recebimento do saldo devolvido por s entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Operações de tesouraria [A]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	74,96€
Receita Corrente	71.251.477,07€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	71.251.477,07€	53.565,87€
Receita Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Impostos diretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Impostos indiretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Contribuições para sistemas de proteção de subsistemas de saúde	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Multas, multas e outras penalidades	419.720,72€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	419.720,72€	678,08€
Contribuições de propriedade	654,78€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	654,78€	0,00€
Transferências e subsídios correntes	33.877,73€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.877,73€	0,00€
Transferências correntes	33.877,73€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.877,73€	0,00€
Administrações Públicas	33.877,73€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.877,73€	0,00€
1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2 Administração Central - Outras	33.877,73€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.877,73€	0,00€
3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Arrendamento de bens e serviços	70.653.076,89€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	70.653.076,89€	52.734,87€
Outras receitas correntes	144.146,95€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	144.146,95€	152,82€
Receita de Capital	56.929,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	56.929,05€	30,00€
Arrendamento de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Transferências e subsídios de capital	56.929,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	56.929,05€	30,00€
Transferências de capital	56.929,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	56.929,05€	30,00€
Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2 Administração Central - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras	56.929,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	56.929,05€	30,00€
Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras receitas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Deposições não abatidas aos créditos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita Efetiva [2]	71.308.406,12€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	71.308.406,12€	53.595,87€
Receita não efetiva [3]	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€
Receita com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita com passivos financeiros	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Forma [4] = [1]+[2]+[3]	71.308.406,12€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	77.159.879,12€	54.872,85€
Operações de Tesouraria [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	7.628,63€	7.628,63€	7,21€